ISSN: 2358-8829

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO BÁSICA: AVANÇOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN

Matheus Klisman de Castro e Silva[1]
Maria Marilene da Cruz Silva Xavier[2]
Kelly Mirelly de Lima Gama[3]
Lemuel Bruno Costa Araújo[4]
Karla Barbosa Medeiros[5]

RESUMO

A Lei nº 10.639/2003 representa um importante marco na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, contribuindo para a valorização da diversidade étnico-racial e para o enfrentamento do racismo. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede municipal de ensino de Upanema/RN. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de abordagem quali-quantitativa, utilizando como procedimentos a aplicação de questionário estruturado a 51 professores da rede municipal e a análise de documentos e ações institucionais relacionadas à temática. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, enquanto as respostas qualitativas foram examinadas com base na análise de conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciaram avanços no conhecimento dos professores sobre a legislação, no desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana e na realização de ações institucionais, como a Mostra Cultural da Consciência Negra. Entre os principais desafios, destacou-se a necessidade de ampliar a formação continuada dos professores, além da disponibilização de materiais didáticos e do maior envolvimento da comunidade escolar. Conclui-se que a implementação da Lei nº 10.639/2003 apresenta avanços na rede municipal de ensino de Upanema/RN, mas requer ações permanentes de formação, planejamento e articulação institucional para fortalecer uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/2003; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Cultura Afro-Brasileira; Formação docente; Educação Básica.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem assumido um papel fundamental na promoção da equidade, da valorização da diversidade cultural e da construção de práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas. Nesse contexto, a aprovação da Lei nº 10.639/2003 representa um

[1]Mestre em Ensino (POSENSINO) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, matheusklismancs@gmail.com;
[2]Mestranda do Curso de Ciência da Educação da World University Ecumenical – WUE, mmarileenesilva@gmail.com;
[3]Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, kellygama521@gmail.com;
[4]Guaduado em Administração pela Universidade Federal do Semi-Àrido – UFERSA, lemuelmedeiros20@gmail.com;
[5]Especialista em Docência para EPT pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, karlad.lisse10@gmail.com;

importante marco nas políticas públicas educacionais ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as etapas da Educação Básica.

Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou esse compromisso ao incluir também a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas, reforçando a perspectiva de uma educação voltada à valorização da pluralidade cultural brasileira.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 ultrapassa a simples inserção de novos conteúdos curriculares, exigindo mudanças estruturais nas práticas pedagógicas, na organização curricular, na formação docente e na gestão das instituições de ensino. Nesse sentido, Gomes (2007) afirma que a educação das relações étnico-raciais constitui um compromisso político e pedagógico voltado à construção de uma escola democrática, capaz de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da sociedade brasileira e de enfrentar as diferentes formas de discriminação racial presentes no cotidiano escolar. Da mesma forma, Munanga (2005) defende que o reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira representa um passo fundamental para a desconstrução de estereótipos historicamente produzidos e para a valorização das identidades negras no ambiente educacional.

Embora decorridas mais de duas décadas da promulgação da Lei nº 10.639/2003, estudos recentes indicam que sua implementação ainda ocorre de forma desigual nos sistemas de ensino. O mapeamento realizado por Nascimento e Pereira (2024), ao analisar produções sobre os vinte anos da legislação, identificou a permanência de desafios relacionados à consolidação da educação para as relações étnico-raciais no currículo e nas práticas pedagógicas.

Da mesma forma, Vasconcelos e Alves (2024) apontam dificuldades na incorporação sistemática dessas temáticas ao cotidiano escolar, destacando a necessidade de formação continuada. Silva, Almeida e Lima (2025) também evidenciam que as lacunas na formação docente constituem um obstáculo relevante para a consolidação de práticas educativas antirracistas. Entre os desafios recorrentes destacam-se a insuficiência de processos permanentes de formação continuada, a escassez de materiais didáticos específicos e a dificuldade de institucionalização das ações voltadas à educação das relações étnico-raciais. Conforme destaca Silva (2010), a

efetivação da legislação depende da articulação entre políticas públicas, gestão educacional, currículo, práticas pedagógicas e participação da comunidade escolar.

Nesse cenário, as redes municipais de ensino desempenham papel estratégico na consolidação das políticas de promoção da igualdade racial, uma vez que são responsáveis pela organização curricular, pela formação de professores e pelo desenvolvimento de ações pedagógicas contextualizadas às realidades locais. A implementação da legislação exige não apenas o cumprimento formal das determinações legais, mas a construção de uma cultura institucional comprometida com a valorização da diversidade, com o combate ao racismo e com a promoção de uma educação antirracista.

No município de Upanema/RN, a Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo diferentes ações voltadas à implementação da Lei nº 10.639/2003, entre as quais se destacam a realização de ações formativas, o incentivo ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a promoção da Mostra Cultural da Consciência Negra, evento que mobiliza estudantes, docentes e comunidade escolar em torno da valorização da história e da cultura afro-brasileira. Essas iniciativas constituem estratégias para fortalecer práticas educativas comprometidas com a equidade racial e a formação cidadã.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais avanços, desafios e possibilidades caracterizam a implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede municipal de ensino de Upanema/RN? Para responder a essa questão, definiu-se como objetivo geral analisar a implementação da Lei nº 10.639/2003 no município de Upanema/RN, identificando os principais avanços alcançados, os desafios ainda existentes e as possibilidades de fortalecimento das políticas educacionais voltadas à educação das relações étnico-raciais.

Metodologicamente, a investigação caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem quali-quantitativa, fundamentado na aplicação de questionário estruturado a professores da rede municipal de ensino, na análise de documentos institucionais e de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, bem como na interpretação dos dados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Ao compreender a implementação da Lei nº 10.639/2003 a partir da realidade de um sistema municipal de ensino, esta pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento de políticas públicas educacionais comprometidas com a promoção da igualdade racial,

oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e da gestão educacional.

2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de abordagem quali-quantitativa, desenvolvido no contexto da rede municipal de ensino de Upanema, Rio Grande do Norte. A escolha do município como campo de investigação está relacionada ao interesse em compreender como a Lei nº 10.639/2003 vem sendo incorporada às práticas pedagógicas e às ações institucionais da educação básica municipal.

Para a produção dos dados, foi aplicado um questionário estruturado aos docentes da rede municipal de ensino.

O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, composto por seis questões. As quatro primeiras utilizaram uma escala Likert de cinco pontos, composta pelas opções “Discordo totalmente”, “Discordo parcialmente”, “Nem concordo nem discordo”, “Concordo parcialmente” e “Concordo totalmente”. Essas questões buscaram identificar a percepção dos docentes acerca de seu conhecimento sobre a Lei nº 10.639/2003, da incorporação da temática às práticas pedagógicas, do apoio formativo e institucional recebido e da contribuição das ações promovidas pela rede municipal. As duas questões finais foram de natureza categórica e buscaram identificar, respectivamente, os principais desafios e as principais potencialidades para a implementação da legislação no contexto escolar.

Para a análise dos dados quantitativos, foram utilizadas estatísticas descritivas, especialmente frequências absolutas e relativas, permitindo identificar a distribuição das respostas dos participantes. Nas questões que apresentaram espaço para manifestações complementares, as respostas dos docentes também foram consideradas na interpretação dos resultados.

Os dados qualitativos provenientes das manifestações dos professores e dos documentos institucionais analisados foram examinados com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados. A análise buscou identificar categorias relacionadas ao conhecimento da legislação, às práticas pedagógicas, à formação e ao apoio institucional, aos desafios e às potencialidades para a implementação da Lei nº 10.639/2003.

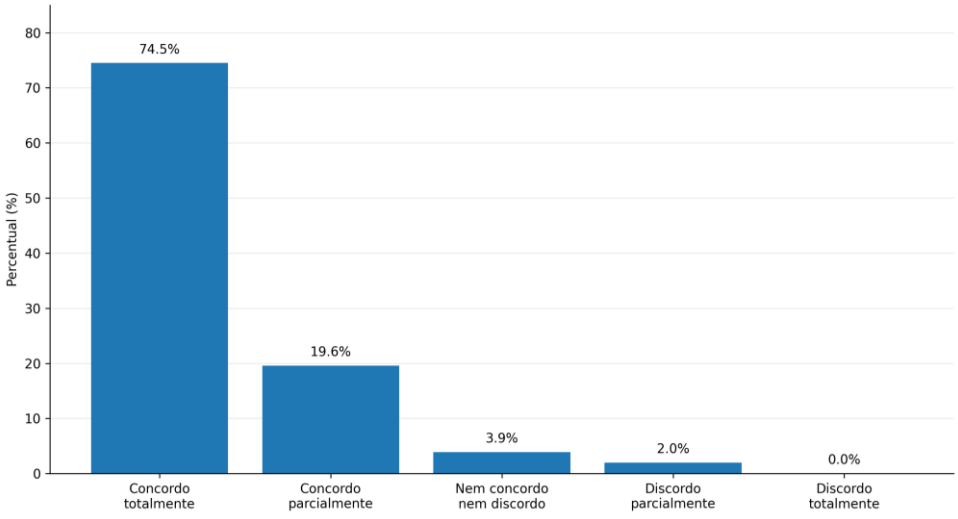
A interpretação dos resultados foi realizada de forma articulada entre os dados quantitativos, as manifestações dos professores e os documentos institucionais analisados, buscando promover uma triangulação das informações. Dessa forma, procurou-se compreender não apenas a percepção dos docentes participantes, mas também os modos pelos quais a temática das relações étnico-raciais se apresenta no planejamento e nas ações educacionais da rede municipal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Conhecimento da legislação e práticas pedagógicas

A análise das respostas dos 51 professores participantes indica uma percepção predominantemente positiva quanto ao conhecimento e à inserção da Lei nº 10.639/2003 nas práticas pedagógicas. No primeiro item do questionário, 94,1% dos participantes concordaram, total ou parcialmente, que conhecem a legislação.

FIGURA 1 – Conhecimento dos professores sobre a Lei nº 10.639/2003



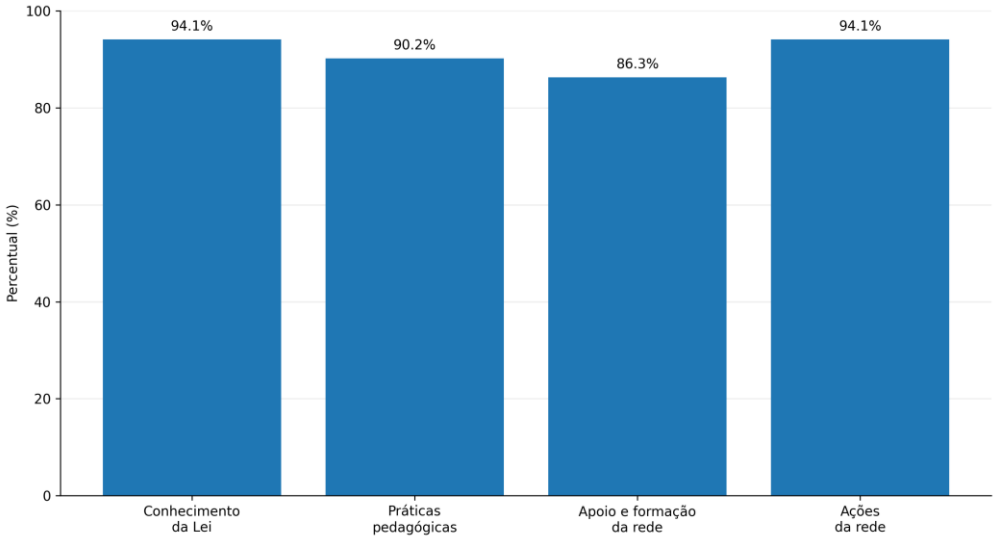
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

Esse resultado indica que o conhecimento da legislação está presente entre a maioria dos docentes, constituindo uma condição importante para sua efetivação no espaço escolar. Entretanto, conhecer a lei não significa, necessariamente, garantir sua

implementação de forma contínua e articulada ao currículo. Nesse sentido, Gomes (2007) destaca a importância de compreender a educação para as relações étnico-raciais como parte do processo de construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade.

Quanto às práticas pedagógicas, 90,2% dos professores afirmaram concordar, total ou parcialmente, que desenvolvem atividades relacionadas à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana durante o ano letivo. Os resultados dos quatro primeiros itens do questionário são apresentados de forma comparativa na Figura 2.

FIGURA 2 – Percepção dos professores sobre as dimensões da implementação



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

A proximidade entre os resultados relacionados ao conhecimento da legislação e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas sugere que a temática já está presente no cotidiano da rede municipal. Contudo, conforme aponta Munanga (2005), o trabalho com as relações étnico-raciais deve superar abordagens pontuais e contribuir para o reconhecimento da história, da identidade e da contribuição da população negra na sociedade.

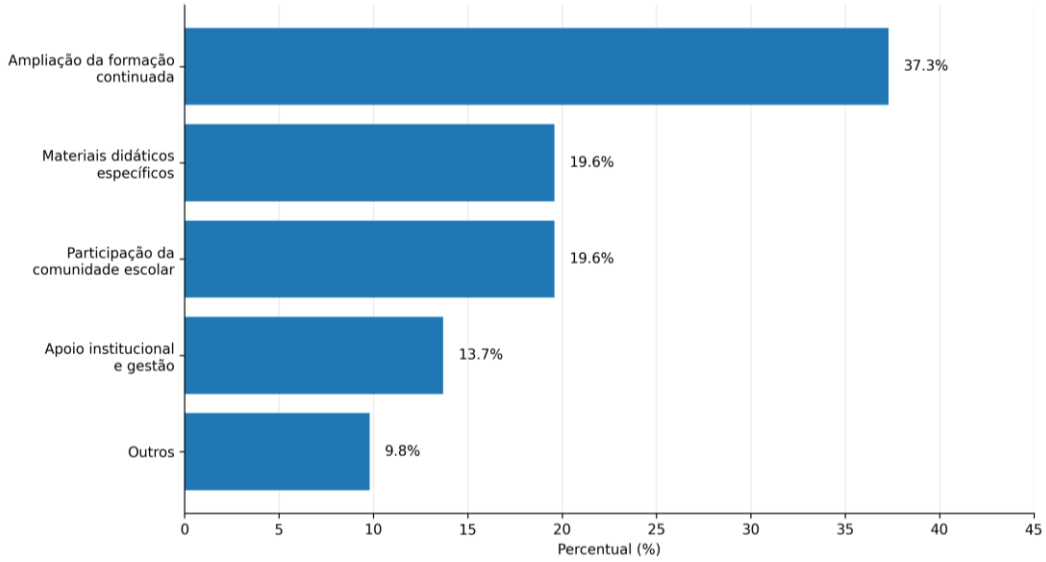
3.2 Formação e desafios para a implementação

Embora 86,3% dos participantes reconheçam a existência de formação, orientações ou materiais oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelas

escolas, esse foi o item que apresentou a maior proporção de discordância entre as quatro dimensões analisadas. O dado indica que existem ações de apoio, mas que elas ainda podem ser ampliadas e fortalecidas.

Essa percepção é reforçada quando os professores foram questionados sobre os principais desafios para a implementação da Lei nº 10.639/2003. A ampliação da formação continuada dos professoresfoi apontada como principal desafio, com 37,3% das respostas, seguida pela disponibilização de materiais didáticos específicos e pela maior participação da comunidade escolar, ambas com 19,6%.

FIGURA 3 – Principais desafios para a implementação da Lei nº 10.639/2003.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

As respostas abertas também reforçaram a necessidade de formação, materiais, continuidade das ações e maior envolvimento das famílias e da comunidade escolar. Esses resultados evidenciam que a formação docente permanece como elemento fundamental para que a legislação seja efetivada de maneira crítica e permanente, conforme discutido por Gomes (2007) e Silva (2010).

3.3 Ações da rede municipal e potencialidades

As ações desenvolvidas pela rede municipal também foram avaliadas positivamente pelos participantes. No item referente às ações promovidas pela rede, entre elas a Mostra Cultural da Consciência Negra, 94,1% dos professores concordaram,

total ou parcialmente, que essas iniciativas contribuem para a valorização da diversidade étnico-racial e para a implementação da Lei nº 10.639/2003.

A realização da Mostra Cultural da Consciência Negra constitui uma das ações desenvolvidas pela rede municipal nesse contexto. Em 2025, a programação integrou o calendário educacional do município, juntamente com a Semana Municipal da Consciência Negra. A ação também aparece entre as iniciativas da Secretaria Municipal de Educação relacionadas à temática das relações étnico-raciais.

FIGURA 4 – Registro da Mostra Cultural da Consciência Negra.

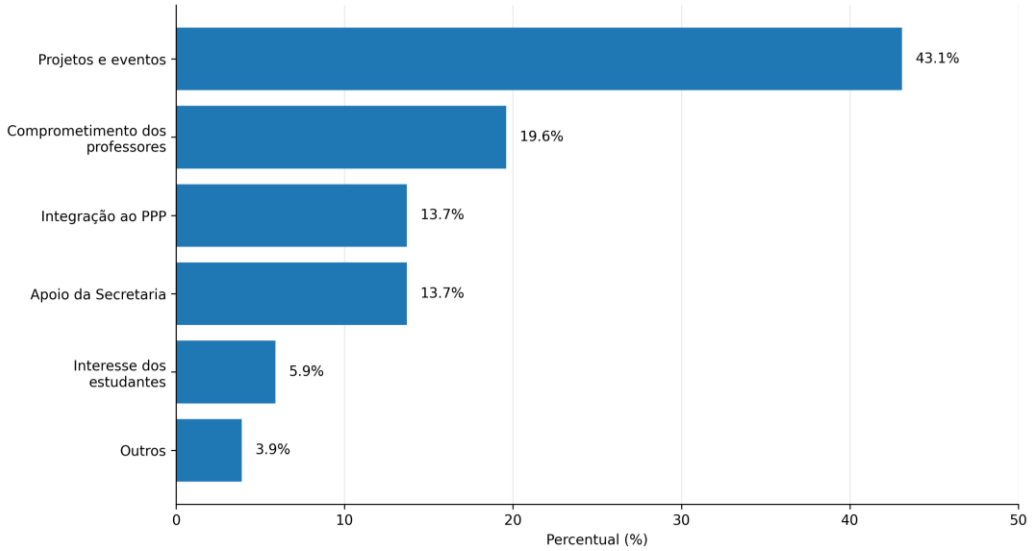


Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Upanema (2025).

A experiência demonstra a possibilidade de trabalhar a temática por meio de diferentes linguagens e atividades pedagógicas, favorecendo a participação dos estudantes e a valorização da cultura afro-brasileira. Entretanto, a realização de eventos deve estar articulada a ações desenvolvidas ao longo do ano letivo, evitando que a temática seja restringida a momentos específicos do calendário escolar.

Entre as potencialidades da rede municipal, 43,1% dos participantes destacaram o desenvolvimento de projetos e eventos, como a Mostra Cultural da Consciência Negra. O comprometimento dos professores foi apontado por 19,6%, enquanto a integração da temática ao Projeto Político-Pedagógico e o apoio da Secretaria Municipal de Educação representaram, cada um, 13,7%.

FIGURA 5 – Principais potencialidades da rede municipal.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

FIGURA 6 – Registro de projeto escolar desenvolvido.



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Upanema (2025).

ISSN: 2358-8829

FIGURA 7 – Registro de projeto que envolve toda a rede.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2026).

Os resultados indicam, portanto, que as potencialidades percebidas pelos professores envolvem tanto as ações pedagógicas quanto o compromisso institucional. Essa articulação é fundamental para que a implementação da Lei nº 10.639/2003 ultrapasse iniciativas isoladas e se consolide como parte do trabalho educativo.

3.4 Síntese dos resultados

De modo geral, os resultados apontam para avanços percebidos na implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede municipal de ensino de Upanema/RN, especialmente quanto ao conhecimento dos professores, à realização de práticas pedagógicas e ao desenvolvimento de ações institucionais voltadas à valorização da cultura afro-brasileira.

Ao mesmo tempo, permanecem desafios relacionados principalmente à formação continuada, à disponibilização de materiais didáticos e ao maior envolvimento da comunidade escolar. Nesse sentido, as principais possibilidades de fortalecimento identificadas pelos participantes estão relacionadas à continuidade dos projetos e eventos, ao comprometimento dos professores e à articulação da temática com as ações institucionais das escolas e da Secretaria Municipal de Educação.

Assim, os dados sugerem que a efetivação da Lei nº 10.639/2003 deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige formação, planejamento e

articulação institucional, contribuindo para uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial e com o enfrentamento do racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a implementação da Lei nº 10.639/2003 na Educação Básica do município de Upanema/RN, considerando as percepções de 51 professores da rede municipal e as ações desenvolvidas no contexto escolar.

Os resultados evidenciaram avanços importantes, especialmente quanto ao conhecimento da legislação, ao desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana e à realização de ações institucionais, como a Mostra Cultural da Consciência Negra. Os dados também demonstraram que projetos e eventos são percebidos pelos professores como importantes potencialidades para fortalecer a temática na rede municipal.

Por outro lado, permanecem desafios que precisam ser enfrentados, principalmente a ampliação da formação continuada dos professores, apontada por 37,3% dos participantes, além da necessidade de materiais didáticos específicos e de maior participação da comunidade escolar.

Conclui-se que a implementação da Lei nº 10.639/2003 em Upanema/RN apresenta avanços, mas ainda requer ações permanentes e articuladas entre Secretaria de Educação, escolas, professores, estudantes e comunidade. Nesse sentido, o fortalecimento da formação docente, a integração da temática às práticas pedagógicas e aos planejamentos escolares e a continuidade dos projetos desenvolvidos podem contribuir para uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial e com o enfrentamento do racismo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 7 set. 2026.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Luiz Etevaldo da. **A educação étnico-racial:** reflexões sociológicas e filosóficas. *Revista Educação*, Guarulhos, v. 5, n. 1, p. 45-53, 2010.

NASCIMENTO, Dèbora Maria do; PEREIRA, Pollyana dos Santos. **A Lei 10.639/03 no currículo da educação básica:** itinerário de seus 20 anos de implementação. Revista Cocar, [S. l.], v. 20, n. 38, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7908. Acesso em: 7 set. 2026.

SILVA, Ana Tereza Reis da; ALMEIDA, Bárbara Ribeiro Dourado Pias de; LIMA, Lurian José Reis da Silva. **Avanços e desafios na implementação da educação antirracista no Brasil.** Educação em Revista, v. 41, 2025. DOI: 10.1590/0102-469848326.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. **As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar**. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1–19, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n2a2024-69548.